

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal (Belém) Class.: 252

Data 30 de novembro de 1978 Pg.: _____

Emancipação do índio é um embuste, diz o deputado

BRASÍLIA — O deputado Santilli Sobrinho (MDB-SP) disse ontem, da Tribuna da Câmara, que a pressa demonstrada pelo governo, em aprovar a emancipação do índio, é na realidade "um embuste, uma ponta de lança dos que pretendem se apossar das terras dos índios. É o caminho para o genocídio final". Manifestou o parlamentar não entender as razões que mantêm a Funai subordinada ao Ministério do Interior, que, segundo ele "é o mesmo que trata da ocupação do território, sempre em detrimento dos índios".

Disse ainda Santilli Sobrinho que, embora mostre pressa em ver aprovado o projeto de emancipação, em final de mandato, "o governo nunca mostrou igual interesse em demarcar as terras indígenas, conforme estipulava o Estatuto do Índio". Além disso, salientou que o texto apresentado ao Congresso, sobre a emancipação, é ambíguo, tendo em vista que, "sendo uma comunidade qualquer emancipada, seus membros passam a viver nas mesmas condições dos demais brasileiros, que nunca tiveram a posse da terra em que vivem, nem oportunidades dignas de trabalho, educação e saúde".

O resultado da emancipação de acordo com Santilli Sobrinho, não será em definitivo, justo, pois colocará em confronto, "numa economia de mercado, o indígena do Centro-

Oeste e do Norte com as populações envolvidas. Com isso, dentro de um decênio os índios não terão mais terras, desaparecerão na sua maioria ao serem integrados".

O deputado emedebista estranha, conforme manifestou ontem da Tribuna, o fato da Funai, continuar gastando mais de dois milhões de cruzeiros, por ano, numa representação no Rio de Janeiro (que não tem poder de decisão e está muito distante dos problemas de fato da comunidade indígena brasileira), ter triplicado o número de funcionários em Brasília, desde 1970, e não ter demarcado sequer um terço das terras dos índios, "quando, de acordo com a própria lei, esta tarefa deveria estar completamente terminada ainda este ano".

— Logo que assumiu a presente gestão da Funai, o atual Ministro do Interior, Rangel Reis, passou a defender a reformulação do Estatuto do Índio, que tinha, então, apenas dois anos de vigência. Provavelmente porque a lei aprovada pelo Congresso proibia o arrendamento das terras indígenas, estabelecia prazos — não cumpridos — para a demarcação de todas as reservas e garantia a tutela, não no sentido primitivo de assistência orfanológica, mas no mais moderno, de preservação dos costumes e instituições tribais, cuidando da integração lenta e cuidadosa do índio na comunidade nacional".